

CONFLITO DE COMPETÊNCIA Nº 162.969 - AL (2018/0340631-0)

RELATORA : **MINISTRA NANCY ANDRIGHI**
SUSCITANTE : TCI BPO TECNOLOGIA, CONHECIMENTO E INFORMACAO S.A. EM RECUPERACAO JUDICIAL
SUSCITANTE : ROMA ADMINISTRADORA E PARTICIPACOES LTDA - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL
SUSCITANTE : BPO - PROCESSOS E NEGOCIOS DE INFORMACAO S.A. - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL
SUSCITANTE : RH BUILD UP - TERCEIRIZACAO E ASSESSORIA EM RECURSOS HUMANOS S.A - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL
SUSCITANTE : TCI LOGISTICA E SUPRIMENTOS EM SAUDE LTDA - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL
ADVOGADOS : LUCIANO PONTES DE MAYA GOMES - AL006892
DAVID ARAÚJO PADILHA - AL009005
PEDRO DUARTE PINTO - AL011382
ANA GABRIELA DE ARAÚJO MENDES - AL014016
DANNYELLE CHAVES CARNAÚBA FRAGOSO - AL013845
LUCAS BELTRÃO DE MELO - AL013009
SUSCITADO : JUÍZO DE DIREITO DA 9ª VARA CÍVEL DE MACEIÓ - AL
SUSCITADO : JUÍZO DE DIREITO DA 20ª VARA CÍVEL DE SÃO PAULO-SP
INTERES. : ITAU UNIBANCO S.A
ADVOGADO : REALSI ROBERTO CITADELLA - SP047925

EMENTA

CONFLITO POSITIVO DE COMPETÊNCIA. EXECUÇÃO CÍVEL E JUÍZO EMPRESARIAL. COMPETÊNCIA DO JUÍZO FALIMENTAR PARA A PRÁTICA DE ATOS DE EXECUÇÃO.

1 - Nos termos da jurisprudência consolidada desta Corte, é competente o juízo universal para prosseguimento de atos de execução que incidam sobre o patrimônio de sociedade em processo falimentar ou de recuperação judicial.

2 - Conflito conhecido. Estabelecida a competência do juízo da recuperação judicial.

DECISÃO

Trata-se de conflito positivo de competência, com pedido liminar, suscitado por TCI BPO TECNOLOGIA, CONHECIMENTO E INFORMACAO S.A. EM RECUPERACAO JUDICIAL E OUTRAS em face do JUÍZO DE DIREITO DA 9ª VARA CÍVEL DE MACEIÓ - AL e do JUÍZO DE DIREITO DA 20ª VARA CÍVEL DE SÃO PAULO-SP.

Ação em trâmite no Juízo da 9ª Vara Cível de Maceió - AL:

recuperação judicial da suscitante.

Ação em trâmite no Juízo da 20ª Vara Cível de São Paulo - SP:
execução de título extrajudicial.

Conflito de competência: alega em síntese, que, nos termos da jurisprudência do STJ, o juízo onde tramita a recuperação judicial é o único competente para dirimir questões que afetem o patrimônio da empresa.

Pedido Liminar: foi deferido às fls. 126/127, e-STJ.

Informações dos juízos suscitados: o Juízo da 20ª Vara Cível de São Paulo - SP informou que somente tomou conhecimento da recuperação judicial após o recebimento da decisão liminar. O Juízo Universal informou que a recuperação judicial está em regular andamento.

Parecer do MPF: o i. Subprocurador-Geral da República, Maurício Vieira BRacks, opina pela competência do juízo universal para prática de quaisquer atos constitutivos referentes à reclamação trabalhista (e-STJ, fls. 144/148).

RELATADO O PROCESSO, DECIDO.

Depreende-se das informações dos autos que o processo de recuperação judicial da empresa suscitante estaria em regular andamento perante o Juízo de Direito da 9ª Vara Cível de Maceió - AL.

Como é sabido, a jurisprudência desta Corte pacificou-se no sentido de que "os atos de execução dos créditos individuais promovidos contra empresas falidas ou em recuperação judicial, sob a égide do Decreto-lei nº 7.661/45 ou da Lei nº 11.101/05, devem ser realizados pelo juízo universal, ainda que ultrapassado o prazo de 180 dias de suspensão previsto no art. 6º, § 4º, da última norma" (EDcl no CC 133.470/SP, SEGUNDA SEÇÃO, DJe 03/09/2015).

Na hipótese, portanto, não compete ao juízo diverso de onde tramita a recuperação judicial da empresa interferir no acervo patrimonial da suscitante, motivo pelo qual o conflito deve ser acolhido.

Forte nessas razões, CONHEÇO do conflito de competência a fim

de declarar a competência do Juízo Universal para decidir acerca da prática de atos constitutivos sobre o patrimônio da empresa suscitante.

Publique-se. Intime-se. Comunique-se aos juízos suscitados.

Brasília, 03 de abril de 2019.

MINISTRA NANCY ANDRIGHI

Relatora

